

JOSÉ SARNEY:

# "Não temos partidos autênticos"



Sarney: Diálogo deve ser permanente

## Até Sarney anda armado

HAROLDO HOLLANDA  
Da Editoria de Política

Uma conversa áspere foi travada ontem ao telefone entre o senador José Sarney, presidente do PDS, e o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB. A certa altura do diálogo, Sarney comunicou a Ulysses que voltou a andar armado, em virtude da falta de segurança que alega predominar no Congresso. "Eu não fazia isso — preveniu o presidente do PDS — desde os meus tempos do Maranhão..."

Explicou-lhe Sarney que não tinha a ver com a decretação das medidas de segurança assinadas pelo Presidente da República, mas que passara a andar com revólver na cinta para assegurar sua segurança pessoal, em virtude da criação no Congresso de um clima artificial de violência, que visava a intimidar os integrantes do partido governista. Como reflexo desse estado de excitação pessoal citou o fato de que o deputado Alton Soares, líder do PT na Câmara, ameaçara dar um tiro na cara do senador Aloysio Chaves, líder do Governo no Senado. O presidente do PDS advertiu ao deputado Ulysses Guimarães que parlamentares oposicionistas, em dias de votações decisivas, procuram criar dentro do Congresso um clima de violência e intimidação, incompatível com as normas de vida civilizada e democrática que devem vigorar na atividade parlamentar.

Para não sofrer constrangimentos físicos ou morais, Sarney decidiu voltar a andar armado.

### TENSÃO

O senador José Sarney, que ontem esteve na sede do partido em reunião informal com vários dos seus correligionários, mostrava-se tenso e preocupado desde a véspera, em virtude do rumo que haviam assumido os acontecimentos. Ao mesmo tempo, o ministro do Planejamento, Delfim Netto, está pressionando o senador José Sarney e as demais lideranças partidárias para que seja votado antes de 19 de novembro próximo o mais novo decreto-lei baixado pelo Presidente da República sobre política salarial. Alega o Ministro do Planejamento que o Fundo Monetário Internacional (FMI) teria exigido das autoridades brasileiras a aprovação pelo Congresso da nova lei salarial contida no decreto-lei em questão, como condição essencial à liberação de novos recursos financeiros resultantes de compromissos já vencidos os quais somarão até novembro o total de quatro bilhões de dólares. Adverte ainda o ministro Delfim Netto que se o Congresso não aprovar até 19 de novembro a nova lei salarial, o Fundo Monetário Internacional se retirará e o Brasil ficará privado de todos os créditos internacionais, inclusive de divisas para importações essenciais, como as de petróleo e trigo.

### ENIGMA

"E preciso decifrar o enigma Delfim Netto", dizia ontem um dos parlamentares mais influentes do PDS, com trânsito junto à comunidade financeira internacional. O "enigma Delfim Netto", segundo esse parlamentar, é representado pelas reservas e desconfiâncias que se fazem dentro do próprio PDS à veracidade da informação transmitida pelo Ministro do Planejamento de que o FMI suspenderia os créditos dos quais depende o Brasil, se o Congresso não aprovasse a nova lei salarial. Segundo o parlamentar em questão, que esteve recentemente nos Estados Unidos, em contato com banqueiros internacionais, o que o FMI e a comunidade financeira espe-

ram da parte do nosso País é a aplicação de uma política de estabilização econômica, sem vinculá-la a qualquer aspecto particular, inclusive no que tange a salários.

### RESISTÊNCIAS

De acordo ainda com essa mesma fonte, a aprovação do novo decreto-lei dos salários e das novas medidas de estabilização econômica preconizadas pelo Grupo dos Onze e adotadas pelo Governo ainda encontram, dentro do PDS, resistências que precisam ser absorvidas através de um trabalho de convencimento pessoal, que demandará algum tempo. Por outro lado, as restrições de ordem política feitas ao Ministro do Planejamento permanecem representando um sério estorvo a qualquer negociação política, envolvendo não só as Oposições como o próprio partido oficial. O recomendável no caso seria agir ainda com cautela e deixar as votações de todas essas matérias para o início do próximo ano, quando as medidas econômicas postas em prática já teriam produzido os resultados esperados pelos seus autores.

### ULYSSES

Políticos oposicionistas, que desfrutam de trânsito junto a áreas influentes da vida nacional estão transmitindo a informação de que não correspondem a verdade a versão difundida de que o deputado Ulysses Guimarães, como presidente do PMDB, em virtude de sua atitude intransigente, teria sido o principal responsável pela falta de um acordo entre o Governo e as Oposições em torno da lei salarial.

Alega-se que o senador José Sarney, presidente do PDS, jamais apresentou uma proposta formal para ser discutida e negociada pelas Oposições.

Allás, lembra-se, a propósito, entre figuras de proa do PDS, que toda essa história de negociação em torno de medidas econômicas começou e terminou mal. Quando o chamado Grupo dos Onze se constituiu dentro do PDS para estudar um programa econômico alternativo, a primeira reunião que tiveram foi com o ministro do Planejamento, Delfim Netto. No decorrer daquele encontro, que não foi nada feliz, segundo a versão de um dos seus membros mais proeminentes, o ministro do Planejamento não acenou com qualquer possibilidade de entendimento, mesmo diante de advertências dramáticas que lhe foram feitas, de que a situação em que se encontram as classes de mais baixa renda poderia levar o país à convulsão social.

### GRUPO DOS 11

Ao término daquela primeira reunião do ministro Delfim Netto com o chamado Grupo dos Onze, o ex-ministro e deputado Magalhães Pinto, com sua sensibilidade política aguçada, percebeu que as coisas não estavam se encaminhando da forma política desejável. Sugeriu então que o grupo encerrasse imediatamente as suas atividades.

— Acho — profetizou o ex-governador mineiro — que essa coisa não vai terminar bem.

Na segunda reunião do Grupo dos Onze, o deputado Magalhães Pinto insistiu e conseguiu convencer o senador Murilo Badaró a renovar a proposta de dissolução do grupo, sob o argumento de que não havia uma linguagem comum entre os políticos e o ministro Delfim Netto.

A proposta de Murilo Badaró só não foi aceita e aprovada porque a ela se opôs o ex-ministro e deputado Pratinde de Moraes.

## Figueiredo não deixará partido

"A informação é procedente, mas eu não conheço, não recebi e não recebo essa carta" — afirmou ontem o presidente nacional do PDS, senador José Sarney —, sobre a existência de uma carta preparada pelo presidente João Figueiredo solicitando o seu desligamento do PDS, ao qual é filiado.

O secretário-geral do PDS, deputado Homero Santos, deu outra versão para o fato. Segundo ele, Figueiredo teria realmente entregue uma carta ao senador Sarney, em julho, logo após a convenção do partido — realizada no dia 10 — manifestando o seu

descontentamento com o resultado da convenção e pedindo o seu desligamento dos quadros do PDS. Ainda conforme Homero, o documento foi imediatamente devolvido pelo próprio Sarney, que convenceu o Presidente a mudar de idéia.

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, disse não ter conhecimento da existência de uma nova carta de Figueiredo solicitando o seu desligamento do PDS.

— Não sei, não tenho conhecimento de nada disso. Não vou falar — disse Leitão de Abreu.

"Não pedimos as medidas de emergência. Pedimos apenas garantias aos nossos deputados e senadores para que votassem livremente. Portanto, trata-se de uma decisão de Governo, que deve ter informações que nós não temos, para decretar medidas dessa gravidade. Reconheço, contudo, que são medidas constitucionais". A declaração é do presidente do PDS, senador José Sarney, que não vê ameaças ao processo de abertura, muito embora tema o ambiente de tensão e agitação que grupos organizados vêm exercendo sobre o Congresso.

Entrevista a  
RUY FABIANO e  
TARCÍSIO HOLANDA

Como fica o processo de abertura política diante dos últimos acontecimentos?

— Não vejo nenhuma interferência na abertura, que é um processo contínuo, já consolidado. O País tem de se habituar a conviver com os conflitos, pois a democracia é um regime de conflitos. O que precisamos é de exercitar nossa capacidade de harmonizar esses conflitos para superá-los. A decretação dessas medidas de emergência está baseada na Constituição e visa justamente a evitar que ocorram momentos de violência que possam comprometer a própria estabilidade das instituições. Rulm seria se não tivéssemos instrumentos legais, capazes de fornecer ao Governo condições de superar conflitos que ocorrem em qualquer democracia.

Todos associam a aplicação dessas medidas de emergência ao clima de exacerbação que reina no Congresso. Muitos políticos temem que esse clima emocional comprometa a estabilidade da instituição. O que acha?

— Há muito tempo venho me preocupando com o nível não apenas do debate, mas também do funcionamento do Congresso. Tenho conversado com frequência com outros líderes de diversos partidos sobre essa distorção e constato idêntica preocupação. Não se pode admitir um Congresso dirigido pelas galerias. Cada deputado e cada senador são representantes de ponderável parcela da população. Não podem, pois, estar submetidos a grupos de pressão, que, organizadamente, se dirigem ao Congresso, com regularidade preocupante, para impedir que os congressistas deliberem livremente. Esse constrangimento é de tamanha gravidade que atinge o funcionamento da própria instituição. Em parte alguma do mundo o Congresso funciona assim. Garantir seu livre funcionamento é uma das tarefas das Forças Armadas. No momento em que nós admitimos que grupos exerçam esse tipo de pressão, não precisaremos mais fazer eleições e dispensaremos todos os mecanismos da democracia. Assistiremos à destruição da instituição parlamentar, que é a maior de todas as instituições criadas pelo liberalismo, pois decorre da soberania do povo. Não somos contra a presença de populares nas galerias. O que condenamos é a presença de grupos organizados e determinados a exercer influência sobre a vontade dos congressistas. Isso compromete a soberania do Congresso, o debilita.

O sr. defende a tese de que o plenário do Congresso deveria ser resguardado das galerias?

— Eu defendo a tese de que o Congresso é uma instituição para ser respeitada. E, para tanto, não pode ser alvo desse tipo de agressão, que continuamente presenciamos. Um Congresso, nessas circunstâncias, não tem liberdade, não pode funcionar. A força da democracia nasce da respeitabilidade do Congresso.

O que teria justificado a decretação dessas medidas de emergência por 60 dias, se o motivo invocou — a pressão de grupos subversivos sobre o Congresso — foi superado em 24 horas?

— Devemos antes fazer um esclarecimento: não pedimos essas medidas. Pedimos ao Presidente do Congresso garantias aos nossos deputados e senadores para que votassem livremente. O Pre-

sidente levou essa reivindicação ao Governo. Portanto, a adoção de medidas de emergência foi uma decisão de Governo. Suas motivações, desconheço. O Governo deve ter informações que nós não temos, para decretar medidas dessa gravidade. Ao mesmo tempo, reconheço que são medidas constitucionais, que se destinam a evitar a violência.

O Sr. acredita que o processo de abertura resiste a esses embates provocados pela crise econômico-social?

— Acho que a abertura não corre riscos em face de qualquer crise. A democracia, segundo Churchill, é justamente o único regime capaz de resistir às crises e superá-las. O que precisamos é de elites políticas capazes de operar as crises. Caso contrário, as instituições não funcionarão normalmente. Essa operação é feita através do diálogo da negociação e do espírito público. A paixão, a confrontação, o radicalismo são instrumentos contrários à democracia. Conduzem sempre a impasses, que são a negociação do sistema democrático.

O artificialismo do atual quadro partidário não seria um complicador para a abertura?

— O grande, o maior de todos os obstáculos da democracia brasileira é a resistência que temos a partidos políticos. Nunca a sociedade se organizou em função dos partidos políticos. Nunca se convenceu de que só teremos uma sociedade civil forte, instituições fortes, em condições de exercer o poder, através dos partidos políticos. Alomar Baleeiro dizia que o nosso sistema democrático foi sempre estritamente congressional. Isto é, só dentro do Congresso se faz política, se exercita a política, quando, na realidade, num país com as dimensões do Brasil, a democracia tem de funcionar em todos os setores da sociedade organizada. Esse é o grande problema, a grande falha. A crise de 1964 é a crise dos partidos. E a nossa instabilidade permanente decorre dessa fragilidade partidária. Já na República Velha, o problema estava presente. Foi Rodrigues Alves, ao tempo da política do "café com leite", que estimulou a política dos governadores, sob o argumento de que ela evitaria o domínio dos partidos políticos, que ele julgava nocivos. Essa é uma visão deformada, que está presente na política brasileira ao longo dos anos. E o pensamento de nossas elites, que se transmitiu a todos os setores da sociedade e que, sem dúvida, dificulta a organização partidária de tal modo que sempre buscamos criar sistemas artificiais. O voto proporcional, por exemplo, dentro do bipartidarismo foi uma distorção, pois levou à multiplicação dos partidos, à fragilidade dos partidos, ao voto ideológico.

E por que o Congresso defende sua manutenção?

— Trata-se de outra deformação do pensamento político brasileiro. Nenhuma democracia do mundo moderno sobreviveu sem o voto distrital. Não existe nenhuma democracia, com liberdades públicas e hegemonia do poder civil, sem o voto distrital, que é altamente estabilizador. Uma coisa é a estabilidade do Governo; outra, o exercício da política e a afirmação de ideais. Jamais seremos estáveis com o voto proporcional. Jamais teremos partidos políticos com o voto proporcional. Ele é desintegrador dos partidos, já que os adversários estão dentro da mesma legenda. Fimda uma eleição, os quadros

"Não se pode admitir um Congresso dirigido pelas galerias. Esse constrangimento é de tal gravidade que atinge o funcionamento da própria instituição", adverte o senador. Ele acha que, mais que nunca, o diálogo entre os partidos deve ser reatado. "O diálogo deve ser permanente, mas vejo que as oposições estão submetidas a um tipo de coação que foge à livre decisão partidária", lamenta. Ele reconhece que o PDS também está longe de possuir uma coesão interna e vê com preocupação o quadro partidário brasileiro, cujo artificialismo "é o grande, o maior obstáculo da consolidação da democracia".

partidários desaparecem. Só sobrevivem os vencedores. E a cada eleição temos de reconstruir os quadros partidários. Essa fragilidade permanente dos partidos faz com que recorramos a frentes, a aglutinações circunstanciais: ou para defender, ou para combater o Governo.

Diante do clima emocional que se criou, o Sr. acredita na hipótese de recomposição do diálogo com as oposições?

— O diálogo deve ser permanente. O que vejo é que as próprias oposições estão submetidas a um tipo de coação que foge à livre decisão partidária, à média das opiniões de seus integrantes. Estão submetidas a um conjunto de pressões que não permitem que elas tenham coragem de dialogar, embora seja o desejo da maioria. Ela, contudo, não pode insistir nessa postura no momento em que tem a responsabilidade de governo em dez Estados.

E possível compatibilizar o combate à inflação — dentro de um quadro recessivo agudo — com o processo de abertura política?

— Se tivéssemos uma coesão interna, sim. Nos países amadurecidos, as dificuldades econômicas levam a uma grande coesão interna. Aqui, levam à desintegração. Temos de buscar essa coesão para vencer as dificuldades econômicas. Caso contrário, ficaremos presos a esse impasse.

O Sr. crê na eficácia dessas medidas econômicas impostas pelo Decreto 2.064, formuladas sem o aval dos políticos e sem o engajamento da sociedade?

— A inflação tem um componente psicológico que só pode ser vencido com credibilidade e coesão. Isso, temos de declarar, publicamente, que o Governo, até agora, não conseguiu.

Não há coesão interna nem no partido do Governo...

— Bem, nós temos apenas três anos de existência. E estamos submetidos a todo esse universo de que falei, em que predomina a prevenção aos partidos. Ninguém acredita que a vida política possa se formar através dos partidos. Em resumo, não há vida partidária no Brasil. A Revolução de 64 ajudou a aprofundar esse quadro. Quando extinguiu, pelo Ato nº 2, os partidos políticos. Nos partidos, a hierarquia não se exerce verticalmente e sim horizontalmente, ao longo do tempo, pelas lideranças que vão sendo construídas. Ao extinguir os partidos, a Revolução cortou esses vínculos históricos, responsáveis pela formação de líderes políticos, de geração a geração.

O Sr. está otimista com o quadro brasileiro?

— Acho que a abertura não deve ser discutida a partir do otimismo ou do pessimismo. O problema brasileiro, hoje, não difere do das demais democracias que enfrentam dificuldades econômicas. Crise, conflitos são acontecimentos normais nas democracias. E, por essência, são transitórios. Podem tornar-se agudos, mas temos de nos habituar a conviver com eles. Imaginávamos que o Brasil era um país à parte do mundo, privilegiado. O infomismo nos levou a pensar que jamais enfrentaríamos essas dificuldades. Somos ainda um país pobre, situados numa faixa de pobreza que oferece uma visão social terrível. E não temos quadros políticos ou instituições fortes. E essa é a matéria-prima do nosso trabalho, que não nos traz nem otimismo, nem pessimismo. Deve apenas nos dar uma consciência permanente da realidade.

## Participação implode reunião do PDS

GILBERTO DIMENSTEIN  
Da Editoria de Política

Apenas num ponto de Brasília houve ontem alguma agitação: no 2º andar do edifício Sofia, onde o PDS discutiu o fechamento de questão em torno do novo decreto econômico do Governo. No final das contas, a dissidência do partido, o grupo Participação, reagiu e, em discursos inflamados, evitou que o fechamento fosse decidido, alegando que a medida merecia maiores discussões. E o Diretório Nacional marcou para a próxima quinta-feira uma nova reunião quando o tema deverá ser votado.

A reação pegou de surpresa a alta cúpula do PDS. Estavam lá o presidente do partido, senador José Sarney, os líderes na Câmara e no Senado, Nelson Marchezan e Aloysio Chaves, o presidente da Câmara, Flávio Marçillo, o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel. Eles decidiram, inicialmente, evitar a imprensa e, por segurança, trancaram as portas da sala.

"Isso aqui ficou um forno", reclamava o deputado Israel Pinheiro. Compartilharam do "forno" o ministro Delfim Netto, do Planejamento (várias vezes acusado pelos deputados e ouvia tudo, ao lado do ex-secretário presidencial Heltor de Aquino, em silêncio); Mário Andreazza, do Interior; Murilo Macedo, do Trabalho; Cesar Cals, das Minas e Energia. Havia muitos governadores: Esperidião Amin, de Santa Catarina; Durval Carneiro, da Bahia; Jair Soares, do Rio Grande do Sul; Divaldo Sturyagy, de Alagoas, entre outros. Estava também o ex-ministro Golbery do

Couto e Silva.

A imprensa ficou espremida no corredor que dava acesso à sala de reuniões. Um grupo de jornalistas do PDS levava jarras de água para socorrer os pedessistas. Muitos deles saíam da sala para ir ao banheiro, tinham de passar pela barreira de jornalistas — o pedágio do pipi, apelidaram — e eram obrigados a dar entrevistas. Indagado sobre as medidas de emergência, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, disse que ia ao banheiro e precisava lavar as mãos.

Alguns deputados saíram da reunião, buscando os jornalistas. Wilson Páris (RJ), aos berros, garantia: "O Participação não vai compactuar com essa vergonha, não apolaremos o fechamento de questão. Não estou aqui para buscar prestígio da imprensa. Só quero denunciar". E toda vez que uma luz de televisão ligava ele voltava a esbravejar.

Depois de alguma insistência dos jornalistas, o presidente do PDS resolveu deixar a imprensa entrar. "A reunião deixou de ficar monótona, já estava pensando em ir embora", ironizou Theodorico Ferraco (ES).

Assim, os deputados passaram a fazer violentos discursos no microfone, acusando os tecnocratas de insensíveis. "Não podemos votar esse fechamento de questão. É uma vergonha", condenou o deputado José Machado (MG). Haroldo Sanford, deputado cearense, o parlamentar de cabelos verdes, aumentou o tom: "Crítico abertamente o Governo de querer afundar a nação".

A mesa apenas ouvia em silêncio. Num sala ao lado, o chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, consultava alguns pedessistas e

defendia a aprovação do fechamento de questão. Conversou com Delfim, Marchezan, Aloysio Chaves, Sarney, Jarbas Passarinho, Lomanto Jr.

Durante os debates, Theodorico Ferraco propôs o adiamento da votação para outro dia: "É uma matéria muito importante, não vamos fechar os canais de comunicação". Israel Pinheiro ponderou: "De que adianta fechar questão se somos minoria e, na hora da votação, a oposição vence?".

A cúpula do PDS achou por bem retirar sua proposta; convenceu-se o ministro Leitão de que isso evitaria maiores conflitos no partido. Ele queria, porém, que o encontro ocorresse na terça-feira, concordando, afinal, com a prorrogação de dois dias. "Nós resolvemos mudar nossa posição. Eu propus a votação do fechamento e eu mesmo decidi que seria melhor votar em outro dia", revelou Aloysio Chaves. Durante a reunião, Aloysio foi quem, de fato, sugeriu que a votação ocorresse ontem.

Otimista, o secretário-geral do PDS, Homero Santos, dizia ao final das discussões: "É uma prova de que a unidade é possível". Segundo ele, se a matéria entrasse em votação, o fechamento sairia sem maiores problemas. "Não queríamos aumentar os conflitos". O senador José Sarney mostrava-se cansado, abatido. Tanto assim que, na frente dos pedessistas, chamou o líder no Senado de Aloysio Sales.

Minutos depois, sentado numa poltrona, apelava para os jornalistas que "não apertassem muito". E concluiu: "Senão podem ir preparando meu caixão porque não agüento", brincou.